



DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/2026

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, nº __, Bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP _____, neste ato representada por seu representante legal *****, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da cédula de identidade RG nº ** _____**, expedida por ** _____**, e inscrito(a) no CPF sob o nº ** _____**, com endereço funcional acima indicado, vem, sob as penas da lei, para fins de habilitação no Processo Administrativo nº ____/2026, Dispensa de Licitação nº ____/2026, instaurado pela Câmara Municipal de _____/PE, declarar que:

- a) Não existem fatos supervenientes que impeçam a habilitação da empresa no presente processo de contratação direta, estando ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer ocorrências posteriores;
- b) Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a empresa se enquadra na condição de:
() Microempresa – ME () Empresa de Pequeno Porte – EPP () Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Declara que conhece plenamente o objeto da contratação e os termos constantes no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, comprometendo-se a cumprir integralmente todas as condições e exigências neles estabelecidas;
- d) Cumpre as exigências relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- e) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, não empregando menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme a legislação vigente;
- f) Não está impedida de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera federativa;
- g) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;



CÂMARA MUNICIPAL DE
CABROBÓ

- h) Não incorre em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133/2021;
- i) Não se encontra em estado de falência ou liquidação judicial;
- j) Não possui vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que possam caracterizar conflito de interesses ou impedir sua participação no certame;
- k) Assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados, sujeitando-se às averiguações que se façam necessárias;
- l) Compromete-se a manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Por fim, o representante legal da empresa declara estar ciente das sanções penais previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, no caso de prestação de declaração falsa.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Cabrobó/PE, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa